

CORREIO NACIONAL

Fernando Frazão/Agência Brasil



Portaria atualiza critérios e amplia formas de adesão

Normas para aderir ao sistema nacional de igualdade racial

O Ministério da Igualdade Racial atualizou diretrizes e ampliou formas de adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).

Portaria publicada nesta sexta-feira (12) consolida novas diretrizes para organização do sistema e prevê critérios para participação em políticas estratégicas da pasta, no âmbito da cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial, o Sinapir é responsável, entre outros pontos, por organizar e articular políticas públicas de combate ao racismo. A adesão ao Sinapir continua sendo voluntária e pode ser feita por estados, o DF, municípios, consórcios públicos intermunicipais e associações municipalistas.

Prazo de 30 dias para análise

Também devem ser apresentados pelas organizações atos normativos, registros de funcionamento do conselho, plano ou ações em andamento e informações sobre capacidade orçamentária.

O ministério terá prazo de até 30 dias para analisar o pedido. Em caso de aprovação, será firmado um Termo de Adesão e Compromisso entre a União e o ente federativo, com definição das responsabilidades de cada parte.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Cerca de 30 mil crianças nascem com problema

Diagnóstico de cardiopatia congênita

Cerca de 30 mil crianças com algum tipo de malformação no coração nascem no Brasil a cada ano, segundo o Ministério da Saúde. Na sexta (12), quando se celebra o Dia Nacional de Conscientização sobre a Cardiopatia Congênita, a coordenadora da Divisão de Cardiologia da Criança e do Adolescente do Instituto Nacional de Cardiologia (INC), Renata Mattos, destaca que o acesso ao diagnóstico está aumentando no país. "A gente vê que o diagnóstico está sendo feito e o acesso ao tratamento está cada vez melhor", avalia a especialista.

Diagnóstico precoce é fundamental

Considerada uma das principais causas de mortalidade infantil por malformações, a condição exige diagnóstico precoce e acompanhamento especializado. A estimativa mundial é que em torno de 1% de todas as crianças nascidas vivas vão ter algum tipo de cardiopatia, sendo que, desse total, 30% precisam de atenção logo na primeira infância.

Chamada pública I

O fortalecimento das bacias hidrográficas e o combate à escassez de água em grandes centros urbanos do Brasil são os objetivos da chamada pública lançada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O valor total é de até R\$ 120 mi, dos quais R\$ 60 mi serão financiados pelo BNDES.

Chamada pública II

Serão apoiados projetos diretamente nas regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Rio de Janeiro, Distrito Federal e cidades satélites, além de Fortaleza, Cuiabá, Porto Velho e Rio Branco. Serão objeto também da chamada regiões que impactem positivamente as bacias hidrográficas.

Fies I

Instituições privadas de educação superior têm até as 23 horas e 59 minutos desta segunda (15) para aderir ao processo seletivo do Fies, referente ao segundo semestre de 2026. O programa federal financia a graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais não gratuitos em faculdades privadas.

Fies II

Prioritariamente, o Fies beneficia estudantes que não tenham concluído o ensino superior e que não tenham sido beneficiados pelo financiamento estudantil. Desde o dia 8 deste mês de junho, a adesão pode ser realizada exclusivamente pelo Sistema Informatizado do Fies (SisFies), no módulo FiesOferta.

Pedido de perdão I

O governo do Brasil fez nesta quinta-feira (11) um pedido de desculpas pelos discursos difamatórios e de ódio proferidos contra o jornalista Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira no contexto de seu desaparecimento e assassinato, em 2022. A retratação foi apresentada pelo Secom/PR, Sidônio Palmeira.

Pedido de perdão II

O pedido de desculpas faz parte do compromisso assumido pelo Brasil junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA). "Dom Phillips e a Bruno Pereira realizavam um trabalho fundamental no Vale do Javari", declarou o ministro.



Levantamento mapeou mais de 130 iniciativas federais

Desafios no combate ao trabalho infantil

Retomada de ações não garantiu erradicação de violações de direitos

Da Redação

Levantamento do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho (FNPETI) mapeou mais de 130 iniciativas federais voltadas a crianças e adolescentes. Apesar da retomada de políticas públicas nos últimos anos, elas se mostram insuficientes diante dos 1,65 milhão de menores em situação de trabalho infantil no Brasil.

A publicação Políticas Públicas Federais para Infâncias, Adolescências e Juventudes entre 2024 e 2025: Prevenção e Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Promoção do Trabalho Protegido para Adolescentes, divulgada nesta sexta-feira (12), Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, reúne ainda dados orçamentários e análise das políticas e programas mapeados.

"O Brasil não alcançou a meta de erradicação das piores formas de trabalho infantil prevista nos ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] e isso mostra que ainda estamos longe de garantir proteção integral para todas as crianças e adolescentes", disse, em nota, a secretária-executiva do FNPETI, Katerina Volcov. A meta 8.7 dos ODS estabelecia a erradicação das piores formas de trabalho infantil até 2025.

Segundo o fórum, a análise aponta que a existência de programas e diretrizes não garante,

por si só, resultados concretos. A entidade mencionou que questões relacionadas ao financiamento, à execução orçamentária e à coordenação e diálogo entre órgãos federais continuam sendo obstáculos para a efetividade das políticas públicas.

Volcov avalia ainda que o enfrentamento do problema precisa ser prioridade permanente do Estado brasileiro, ressaltando que 1,65 milhão de crianças e adolescentes têm seus direitos violados. Segundo a PNAD Contínua 2024, do IBGE, o Brasil registra 1,65 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil. O número representa aumento de 34 mil casos em relação ao ano anterior.

O estudo destacou também o desequilíbrio na relação entre investimentos e garantia de direitos.

"Embora crianças e adolescentes representem cerca de 24% da população brasileira, os investimentos destinados a esse público correspondem a menos de 2,5% do PIB (Produto Interno Bruto - riqueza produzida no país), segundo estudo do Ipea e do Unicef utilizado como referência pelo levantamento", divulgou o fórum, em nota.

O caso das Ações Estratégicas de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) é apontado, pelo fórum, como um dos exemplos evidentes dos impactos da descontinuidade das políticas públicas.